**LEI MUNICIPAL — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE —
COMPETÊNCIA**

— Impugnação, perante os arts. 102, caput, 125 e seu § 2º, da Constituição Federal, da parte das disposições da Carta do Estado de Minas Gerais — art. 106, h e § 1º do art. 118 — onde se confere, ao Tribunal de Justiça, a competência para o julgamento, e se define a legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais, em face da Constituição da República.

Medida cautelar concedida. Precedentes do Supremo Tribunal (ADIn. 347 e Rcl. 337).

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 508

Requerente: Procurador-Geral da República

Requerida: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Relator: Sr. Ministro OCTAVIO GALOTTI

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e da notas taquigráficas, por unanimidade de votos, deferir a medida cautelar para suspender, na alínea *h* do art. 106 da Constituição do Estado de Minas Gerais, as expressões “e da Constituição da República”, e, no § 1º do art. 118, as expressões “em face da Constituição da República”.

Brasília, 14 de junho de 1991. *Sydney Sanches*, Presidente. *Octavio Gallotti*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Octavio Gallotti: Eis o teor dos dispositivos da Constituição do Estado de Minas Gerais, onde as expressões “e da Constituição da República” e “em face da Constituição da República”, que fiz grifar, são atacadas, pela via da presente ação direta:

“Art. 106. Compete ao Tribunal de Justiça, além das atribuições previstas nesta Constituição:

(...)

h) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais em face desta Constituição, ou municipais, em face desta e da Constituição da República;

Art. 118. São partes legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face desta Constituição:

(...)

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição da República” (fl. 2).

A impugnação é sustentada perante os artigos 102, *caput*, 125, e seu § 2º, todos da Constituição Federal.

Requer-se, ainda, a concessão de medida cautelar, presentes os requisitos da relevância, da conveniência e da urgência.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Octavio Gallotti (Relator): Justifica-se a pretensão liminar, em face dos precedentes mencionados na promoção do ilustre Procurador da República José Bonifácio Borges de Andrada, que deu origem à presente ação, quais sejam os acórdãos proferidos na ADIn. nº 347 e na Recl. nº 337, cujas ementas são as seguintes:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Pedido de suspensão liminar da expressão ‘Federal’ contida no inciso XI do art. 74 da Constituição do Estado de São Paulo, promulgada em 5 de outubro de 1989, o qual atribui competência ao Tribunal de Justiça para processar e julgar originariamente ‘a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal’.

Ocorrência, no caso, de relevância da fundamentação jurídica do pedido, bem como de conveniência da suspensão liminar da eficácia da expressão impugnada.

Liminar deferida para suspender a eficácia da expressão *Federal* contida no inciso XI do art. 74 da Constituição do Estado de São Paulo, promulgada em 5 de outubro de 1989” (*DJ*, 26.10.90, p. 11.976, Rel. Min. Moreira Alves).

“Reclamação. Medida liminar.

Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal, ajuizada perante Tribunal de Justiça. Medida liminar concedida pelo relator.

Cassação da liminar e sobrestamento do feito até final julgamento da Reclamação” (DJ, 26.10.90, p. 11.976, Rel. Min. Paulo Brossard).

Defiro o requerimento de medida cautelar para suspender, até a decisão definitiva do Supremo Tribunal, o art. 106, *h*, da Constituição de Minas Gerais, a eficácia da expressão “e da Constituição da República”, e, no § 1º do art. 118, da mesma Carta estadual, o efeito das palavras “em face da Constituição da República”.

EXTRATO DA ATA

ADIn. nº 508-1 — MG (Medida Liminar) — Rel. Min. Octavio Gallotti. Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqda.: As-

sembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Decisão: por votação unânime, o Tribunal deferiu a medida cautelar para suspender, na alínea *h* do art. 106 da Constituição do Estado de Minas Gerais, as expressões “e da Constituição da República”, e, no § 1º do art. 118, as expressões “em face da Constituição da República”. Votou o Presidente. (Plenário, 14.6.91.)

Presidência do Sr. Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Srs. Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso e Marco Aurélio. Procurador-Geral da República, Dr. Affonso Henriques Prates Correia, substituto.